

**FINANÇAS E AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO****Gabinetes do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Agricultura****Despacho n.º 9999/2022**

Sumário: Designação da Comissão Administrativa do Património da Casa do Douro.

A Lei n.º 19/2016, de 24 de junho, que aprovou o regime aplicável ao património da Casa do Douro, confiou a respetiva administração e gestão, durante o processo de regularização extraordinário, a uma Comissão Administrativa composta por um presidente e dois vogais, designados por despacho conjunto dos membros do governo competentes nas áreas da agricultura e das finanças, devendo ser privilegiadas, nessa designação, personalidades com ligação e conhecimento da Região Demarcada do Douro.

As funções a exercer neste âmbito revestem-se de manifesto interesse público, reconhecido nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 21.º e do artigo 23.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 19/2016, a remuneração dos vogais da Comissão Administrativa é fixada no despacho de designação, tomando-se como critério orientador para o efeito o regime de senhas de presença, nos termos previstos na Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua atual redação.

Por referência a estas disposições legais, pelo Despacho n.º 8788/2016, de 4 de julho, do então Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 8 de julho de 2016, foram designados os membros desta Comissão Administrativa.

Perante a atual impossibilidade de o presidente ali designado continuar no exercício das suas funções, importa proceder à sua substituição e a uma reorganização interna desta Comissão Administrativa.

Assim, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 19/2016, de 24 de junho, determina-se o seguinte:

1 — É designado presidente da Comissão Administrativa do Património da Casa do Douro, o licenciado António Manuel de Sousa Ribeiro da Graça.

2 — São designados vogais da Comissão Administrativa do Património da Casa do Douro, os licenciados Mário António Monteiro de Sousa e Emanuel Rodrigues Costa.

3 — Pelo exercício das funções previstas no presente despacho, o presidente tem direito ao montante correspondente a 40 % da remuneração-base fixada para dirigente intermédio de 1.º grau da administração central do Estado, e os vogais, a senhas de presença, por reunião da comissão administrativa, até ao limite de quatro por mês, com o valor unitário de 70 euros.

4 — Os membros da Comissão Administrativa têm direito ao abono de ajudas de custo e de transporte, previsto no Decreto-Lei n.º 106/98, de 4 de abril, na sua redação atual, considerando-se, para efeito do disposto no seu artigo 2.º, como domicílio necessário, os respetivos domicílios profissionais.

5 — Os encargos com as remunerações e abonos referidos nos números anteriores são suportados pelo produto da venda dos bens do património da Casa do Douro, podendo ser antecipados por verbas do capítulo 60 do orçamento do Ministério das Finanças.

6 — As notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente despacho.

7 — É revogado o Despacho n.º 8788/2016, de 4 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 8 de julho de 2016.

8 de agosto de 2022. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes*, em substituição do Ministro das Finanças. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Rui Manuel Costa Martinho*.

Nota curricular

António Manuel de Sousa Ribeiro da Graça.

Naturalidade: São Lourenço de Ribeirão, concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real.

Data de nascimento: 15 de setembro de 1955.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia Agrícola (1984), pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Experiência profissional:

1984 — contratado pela Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes como técnico superior de 2.ª classe, em regime de tarefa;

1985 — coordenador da implementação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM), na Zona Agrária do Baixo e Cima Corgo;

1986-1994 — monitorização em ações de formação, para técnicos e agricultores, no âmbito da legislação comunitária;

1989-1993 — representante da DRATM nas equipas de acompanhamento dos planos diretores municipais dos concelhos de Sabrosa, Alijó, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Mesão Frio;

1984-1994 — adjunto do chefe de zona agrária do Baixo e Cima Corgo, na coordenação de todas as ações desenvolvidas;

1994 — nomeado chefe da Zona Agrária do Corgo e Marão, em 26 de abril;

1996 — nomeado diretor de serviços de Planeamento e Política Agroalimentar, em 16 de julho;

1997 — coordenador do SIAZA — Sistema de Informação aos Agricultores através das Zonas Agrárias;

1997 — gestor do PIDDAC e do PAMAF — medida n.º 7, «Assistência técnica»;

1999 — membro da Comissão Executiva Nacional e coordenador do grupo de trabalho regional para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR 2000-2006);

2000 — nomeado, em comissão de serviço, diretor regional de Agricultura, em 25 de setembro;

2002 — assessor da Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, desde 12 de julho;

2005 — nomeado, em comissão de serviço, subdiretor regional da Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, em 23 de junho;

2007 — nomeado em comissão de serviço, vice-presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, em 1 de março;

2008 — nomeado diretor regional adjunto da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, em 3 de dezembro;

2016 — nomeado vogal da Comissão Administrativa do Património da Casa do Douro;

Formação profissional:

Vários cursos de formação profissional, em áreas diversificadas, que vão da componente técnica à área da legislação nacional e comunitária e ainda o Curso Avançado de Gestão Pública.

Percurso político, de outubro 2017 até à presente data — vice-presidente do Município de Sabrosa; de 2005 a 2017 — Presidente da Assembleia Municipal de Sabrosa; de 2001 a 2005 — Membro da Assembleia Municipal de Sabrosa.

Nota curricular

Mário António Monteiro de Sousa.

Nacionalidade: portuguesa.

Naturalidade: Cambres, Lamego.

Data de nascimento: 9 de março de 1959.

Habilitações literárias:

Mestrado em Viticultura e Enologia (1997) — Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

Licenciatura em Agronomia (1989) — Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

Membro da Ordem dos Engenheiros;

Frequência e conclusão do curso FORGEP do ISCTE-IUL (2021);

Diversos cursos de formação complementar (1990-2020) em viticultura, enologia, informática, sistemas de informação geográfica, análise e controlo de projetos de reestruturação de vinha, sistema integrado de avaliação do desempenho na administração pública, código dos contratos públicos, equipas de trabalho direção e liderança.

Experiência profissional:

1989 (desde) — técnico superior da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), Divisão de Vitivinicultura — Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro (CEVD);

1989-1997 — coordenação, elaboração e análise técnica e económica de projetos de investimento de reestruturação de vinha;

1989-1993 — colaboração ao setor de Fitopatologia do CEVD;

1992-1993 — colaboração com a Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, na execução do Projeto Nacional de Audiovisuais Banco de Imagem;

1997 — membro fundador da Sociedade Portuguesa de Viticultura e Enologia;

1997-2001 — coordenação do Setor do Condicionamento da Cultura da Vinha — Ficheiro Vitivinícola da Região Demarcada do Douro, Regiões Vitivinícolas do Távora Varosa, Valpaços, Chaves e Planalto Mirandês;

1997-2005 — perito do Grupo de Viticultura da Comissão Nacional do Office International de la Vigne et du Vin (OIV);

1997-2007 — responsável da DRATM e DRAPN em projetos de investigação, experimentação e desenvolvimento do setor vitivinícola, executados no âmbito de programas IED do PAMAF, AGRO e INTERREG, promovendo diversas ações de divulgação e publicação de resultados experimentais;

2000 — participação no grupo de trabalho interinstitucional (DRATM, Instituto do Vinho do Porto e Casa do Douro), para elaboração do Plano de Reestruturação de Vinha da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, III Quadro Comunitário de Apoio;

2002-2005 — chefe de Divisão de Vitivinicultura, Coordenador do Centro de Estudos Vitivinícolas do Douro;

2004 — participação e elaboração de pareceres técnicos sobre projetos do Programa Vitis, da área classificada do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade;

2006 — participação em conferências sobre «Preservação e Valorização da Paisagem Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro», integradas no Programa das Comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro;

2007-2010 e 2011-2012 — gestor da Quinta de Santa Bárbara do Ministério da Agricultura;

2016 — viticultor na Região Demarcada do Douro e Vogal da Comissão Administrativa do Património da Casa do Douro;

Membro da equipa técnica responsável pela preparação da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados na DRAPN;

Participação em múltiplos congressos, simpósios e colóquios em Portugal, Espanha, França e Itália, onde apresentou e publicou várias comunicações, em português e língua estrangeira, Congressos do OIV e GESCO;

Membro do Groupe Européen d'Études des Systèmes de Conduite de la Vigne (GESCO) desde 1995;

Orientação de estágios finais de cursos de Agronomia e Engenharia Agrícola, da Universidade Técnica de Lisboa, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Instituto Politécnico de Bragança;

2020 (desde 24 de setembro) — chefe de divisão de Vitivinicultura em comissão de serviço; Lecionou vários cursos de Formação Profissional durante a sua carreira profissional.



Nota curricular

Emanuel Rodrigues Costa.
Nacionalidade: portuguesa.
Naturalidade: Sever, Santa Marta de Penaguião.
Data de nascimento: 26 de abril de 1975.
Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia;
Licenciatura em Gestão;
Pós-Graduação em Contabilidade Pública;

Experiência profissional:

Economista no Município de Santa Marta de Penaguião;
Presidente da Delegação Local da Cruz Vermelha Portuguesa de Santa Marta de Penaguião;
Presidente do Grupo Cultural e Desportivo de Sever.

315597089